



Crianças e adolescentes trabalham, não queremos formar mamíferos de luxo

Jornal da Universidade / 25 de janeiro de 2024

Artigo | Laura Souza Fonseca, professora da Faculdade de Educação, e os estudantes Sabrina dos Santos, Mariana Quevedo de Araújo e Luccas de Sá Soares defendem o envolvimento do público infantojuvenil em atividades laborais que respeitem suas capacidades e tenham um sentido formativo

*Por Laura Souza Fonseca, Sabrina dos Santos, Mariana Quevedo de Araújo e Luccas de Sá Soares

*Ilustração: Lillian Maus/Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

Como grupo acadêmico, fazemos o embate teórico-metodológico em torno de consignas que circunscrevam a idade à infância e perspectivamos erradicar o trabalho. Nessa escrita, refletimos sobre uma frase recorrente em campanhas de combate ao trabalho infantojuvenil: “Criança não trabalha, criança dá trabalho”. Não temos dúvidas de que cuidar dá trabalho, no entanto, entendemos que crianças e adolescentes devem trabalhar, sim, de acordo com suas possibilidades e sem infringir suas necessidades. Não ao trabalho explorado, sim às formas de partilha e de trabalho na perspectiva formativa.

Desde o materialismo histórico dialético, acreditamos que o trabalho se constitui um processo entre a humanidade e a natureza, quando a primeira atua mediando, controlando e regulando sua relação com a segunda. Processo que, a um só tempo, tem duas faces, uma permanente e outra que se modifica nos diferentes modos de produção – falamos de ontologia e história. Ontologicamente, o trabalho se forma na existência, produzindo condicionantes ético-políticos de um ser humano que se movimenta para um ser social. Historicamente, o trabalho foi escravização, servidão e hoje assume o caráter assalariado; neste, somos força de trabalho com valor de troca nas relações capitalistas de produção. Assalariamento esgarçado pela superexploração e o aprofundamento das opressões.

Retomamos, como síntese, as duas críticas iniciais e avançamos sob o eixo da dupla face do trabalho: a defesa do trabalho infantojuvenil como princípio formativo, tendo como mote o trabalho doméstico familiar, e a forma ajuda que, em nossa experiência e na revisão bibliográfica realizada, se esconde a exploração em uma suposta colaboração. O esforço realizado justifica-se porque a precisão conceitual é uma necessidade para avaliar políticas públicas de Estado e parcerias público-privadas como políticas de governo.

Historicamente, o trabalho doméstico foi delegado às mulheres: cozinha, cuidado da prole, limpeza e organização da casa. Atividades estas que também não são pensadas como trabalho, e as mulheres neste papel não são consideradas trabalhadoras, cumprem sua “obrigação” ou seu papel de gênero na sociedade patriarcal. Isso naturaliza a dupla jornada feminina que, para além do trabalho formal, arca com o trabalho doméstico; e, em casas onde não há a mulher-negra-empregada-doméstica, o que a mãe não dá conta, sobra para as filhas, constituindo o trabalho doméstico infantojuvenil, mesmo quando nomeado ‘ajuda’.

Assim, as relações de classe, raça e gênero sempre estiveram demarcadas: empregadas domésticas são, predominantes, mulheres negras e pertencentes a uma fração mais precarizada da classe trabalhadora e que, não raro, ingressam nesse tipo de trabalho ainda na adolescência. Quando falamos em raça, torna-se ainda mais doloroso pensar “Qual o lugar esperado para as mulheres negras ocuparem?”. Enquanto as empregadas brancas, por exemplo, poderiam ser governantas, as negras deveriam ficar sempre em funções onde não fossem vistas. Na reflexão de Gonzalez (1983): “Se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam ‘lidar com o público’? Ou seja, em atividades em que não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência’? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc. e tal?”.

Importa analisar essas relações impostas sobre os corpos de crianças e adolescentes que, antes de se pensar na inserção precoce ou desprotegida no mundo do trabalho, deveriam ter suas vidas preservadas e o direito a brincar e estudar garantidos – sua autoestima fortalecida. Ressaltamos o quanto o trabalho infantojuvenil doméstico continua naturalizado e consequentemente invisibilizado. Naturalizado no sentido de que, desde muito tempo os cuidados com a casa eram deixados a cargo das mulheres, portanto é “natural” que as gerações seguintes sigam o mesmo caminho, não importa se é uma menina de 10 anos “ajudando” em casa quando faz todo o serviço doméstico sozinha, ou se está trabalhando na casa de terceiros. E é invisibilizado quando é visto como algo natural, dessa forma não chama a atenção da sociedade e sendo invisível aos olhos do outro, torna difícil a fiscalização e a percepção de trabalho explorado.

Assim, não pretendemos erradicar o trabalho, mas, sim, o caráter alienante/exploratório que assume na sociedade cindida em classes, o que passa, necessariamente, pela superação dessa sociedade. Defendemos que crianças e adolescentes devam trabalhar, respeitando suas capacidades, em um sentido formativo. Todev devem aprender a arrumar sua cama, seu quarto, lavar sua louça e suas roupas íntimas, e manter limpo e organizado o ambiente onde vivem, e isso vale para a casa, o abrigo, a escola, a praça, a rua...

A precarização generalizada das condições de subsistência da classe trabalhadora produzida por agendas de superexploração da força de trabalho e espoliação de direitos, pelo aumento do custo de vida, impõe, por uma questão de sobrevivência das famílias, que crianças e adolescentes vendam sua força de trabalho. Sem garantir condições dignas laborais, o adulto provedor vem sofrendo esbulho, tendo de passar o dia fora de casa, a sua prole assume as tarefas “do lar”.

É indispensável educarmos nossas crianças e adolescentes – independentemente de classe social – pelo trabalho. De certo não se trata de colocar crianças e adolescentes a faxinar casas, escolas e abrigos, mas por que não guardar brinquedos/materiais? Colocar o lixo produzido na lixeira? Levantar a louça usada para a pia quando ainda não consegue lavar a louça! Ou seguiremos formando seres que não veem problema em viver da exploração de outros seres. Para nós, crianças e adolescentes trabalham: com Gramsci, não queremos formar mamíferos de luxo.

Laura Souza Fonseca é professora titular da área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Faculdade de Educação.
Sabrina dos Santos é graduanda em História e bolsista de pesquisa.
Mariana Quevedo de Araújo é graduanda em Educação Física e bolsista de extensão.
Luccas de Sá Soares é graduando em História e bolsista de extensão.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Movimento de plataformação do trabalho docente



Perspectivas educacionais na emergência climática



Interprofissionalidade em tempos de crise: lições das enchentes no Rio Grande do Sul



Flexibilização da educação no Rio Grande do Sul

INSTAGRAM

REALIZAÇÃO

CONTATO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8. andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

 (51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br